

CAPÍTULO I

DAS DOCTRINAS

Art. 2º. - Doutrinas e costumes são os princípios e normas pelos quais a Igreja Metodista se orienta, e são os mesmos aceitos pelo Metodismo Universal, fundamentados nas Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento única regra de fé e prática dos cristãos.

§ 1º. - A tradição doutrinária metodista orienta-se pelo Credo Apostólico, pelos Vinte e Cinco Artigos de Religião do Metodismo Histórico e pelos Sermões de João Wesley e suas Notas sobre o Novo Testamento.

§ 2º. - Os Sermões de João Wesley e suas Notas sobre o Novo Testamento são publicados em livros.

§ 3º. - Os Vinte e Cinco Artigos de Religião do Metodismo Histórico são os seguintes:

(1) Da fé na Santa Trindade

Há um só Deus vivo e verdadeiro, eterno, sem corpo nem partes; de poder, sabedoria e bondade infinitos; criador e conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis. Na unidade dessa divindade, há três pessoas da mesma substância, poder e eternidade – Pai, Filho e Espírito Santo.

(2) Do Verbo ou Filho de Deus que Se fez verdadeiro homem

O Filho, que é o Verbo do Pai, verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai, tomou a natureza humana no ventre da bendita virgem, de

maneira que duas naturezas inteiras e perfeitas, a saber, a divindade e a humanidade, se uniram em uma só pessoa para jamais se separar, a qual pessoa é Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, que realmente sofreu, foi crucificado, morto e sepultado, para nos reconciliar com Seu Pai e para ser um sacrifício não somente pelo pecado original, mas também pelos pecados atuais dos homens.

(3) Da ressurreição de Cristo

Cristo, na verdade, ressuscitou dentre os mortos, tomando outra vez o Seu corpo com todas as coisas necessárias a uma perfeita natureza humana, com as quais subiu ao Céu e lá está até que volte a julgar os homens, no último dia.

(4) Do Espírito Santo

O Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, é da mesma substância, majestade e glória com o Pai e com o Filho, verdadeiro e eterno Deus.

(5) Da suficiência das Santas Escrituras

As Santas Escrituras contêm tudo o que é necessário para a salvação, de maneira que o que nelas não se encontre nem por elas se possa provar não se deve exigir de pessoa alguma para ser crido como artigo de fé, nem se deve julgar necessário para a salvação. Entende-se por Santas Escrituras os livros canônicos do Antigo e do Novo Testamento de cuja autoridade nunca se duvidou na Igreja, a saber, do Antigo Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, 1 e 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel, Oseias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias; e do Novo Testamento: Evangelhos segundo S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João; Atos dos Apóstolos; Epístolas de S. Paulo: aos Romanos, 1 e 2 aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, 1 e 2 aos Tessalonicenses, 1 e 2 a Timóteo, a Tito e a Filemom; Epístola aos Hebreus; Epístola de S. Tiago; Epístola 1 e 2 de S. Pedro; Epístola 1, 2 e 3 de S. João; Epístola de S. Judas e o Apocalipse.

(6) Do Antigo Testamento

O Antigo Testamento não está em contradição com o Novo, pois, tanto no Antigo como no Novo Testamento, a vida eterna é oferecida à humanidade por Cristo, que é o único mediador entre Deus e o homem, sendo Ele mesmo Deus e Homem; portanto, não se deve dar ouvidos àqueles que dizem que os patriarcas tinham em vista somente promessas transitórias. Embora a lei dada por Deus a Moisés, quanto às cerimônias e ritos, não se aplique aos cristãos, tampouco os seus preceitos civis devam ser necessariamente aceitos por qualquer governo, nenhum cristão está isento de obedecer aos mandamentos chamados morais.

(7) Do pecado original

O pecado original não está em imitar Adão, como erradamente dizem os Pelagianos, mas é a corrupção da natureza de todo descendente de Adão, pela qual o ser humano está muito longe da retidão original e é de sua própria natureza inclinado ao mal, e isso continuamente.

(8) Do livre-arbítrio

A condição do ser humano, depois da queda de Adão, é tal que ele não pode converter-se e preparar-se, pelo seu próprio poder e obras, para a fé e invocação de Deus; portanto, não temos forças para fazer boas obras agradáveis e aceitáveis a Deus sem a Sua graça por Cristo, predispondo-nos para que tenhamos boa vontade e operando em nós quando temos essa boa vontade.

(9) Da justificação do ser humano

Somos reputados justos perante Deus somente pelos merecimentos de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, por fé, e não por obras ou merecimentos nossos; portanto, a doutrina de que somos justificados somente pela fé é mui sã e cheia de conforto.

(10) Das boas obras

Posto que as boas obras, que são o fruto da fé e seguem a justificação, não possam tirar os nossos pecados nem suportar a severidade do juízo de Deus,

contudo são agradáveis e aceitáveis a Deus em Cristo e nascem de uma viva e verdadeira fé, tanto assim que uma fé viva é por elas conhecida como a árvore o é pelos seus frutos.

(11) Das obras de super-rogação

As obras voluntárias que não se achem compreendidas nos mandamentos de Deus, as quais se chamam obras de super-rogação, não se podem ensinar sem arrogância e impiedade; pois, por elas, declaram os seres humanos que não só rendem a Deus tudo quanto lhe é devido, mas também de sua parte fazem ainda mais do que devem, embora Cristo claramente diga: “Quando tiverdes feito tudo o que se vos manda, dizei: Somos servos inúteis”.

(12) Do pecado depois da justificação

Nem todo pecado voluntariamente cometido depois da justificação é pecado contra o Espírito Santo e imperdoável; logo, não se deve negar a possibilidade de arrependimento aos que caem em pecado depois da justificação. Depois de termos recebido o Espírito Santo, é possível apartar-nos da graça recebida e cair em pecado, e pela graça de Deus levantar-nos de novo e emendar nossa vida. Devem, portanto, ser condenados os que digam que não podem mais pecar enquanto aqui vivem ou que neguem a possibilidade de perdão àqueles que verdadeiramente se arrependam.

(13) Da Igreja

A Igreja visível de Cristo é uma congregação de fiéis na qual se prega a pura Palavra de Deus e se ministram devidamente os sacramentos, com todas as coisas a eles necessárias, conforme a instituição de Cristo.

(14) Do purgatório

A doutrina romana do purgatório, das indulgências, veneração e adoração, tanto de imagens como de relíquias, bem como a invocação dos santos, é uma invenção fútil, sem base em nenhum testemunho das Escrituras e até repugnante à Palavra de Deus.

(15) Do falar na congregação em língua desconhecida

É claramente contrário à Palavra de Deus e ao costume da Igreja Primitiva celebrar o culto público na igreja ou ministrar os sacramentos em língua que o povo não entenda.

(16) Dos sacramentos

Os sacramentos instituídos por Cristo não são somente distintivos da profissão de fé dos cristãos; são, também, sinais certos da graça e boa vontade de Deus para conosco, pelos quais Ele, invisivelmente, opera em nós, e não só desperta como fortalece e confirma a nossa fé n'Ele. Dois somente são os sacramentos instituídos por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho, a saber: o batismo e a ceia do Senhor. Os outros cinco, vulgarmente chamados sacramentos, a saber: a confirmação, a penitência, a ordem, o matrimônio e a extrema unção não devem ser considerados sacramentos do Evangelho. Sendo, como são, em parte, uma imitação corrompida de costumes apostólicos e, em parte, estados de vida permitidos nas Escrituras, mas que não têm a natureza do batismo nem a da Ceia do Senhor, porque não têm sinal visível ou cerimônia estabelecida por Deus. Os sacramentos não foram instituídos por Cristo para servirem de espetáculo, mas para serem recebidos dignamente. E somente nos que participam deles dignamente é que produzem efeito salutar, mas aqueles que os recebem indignamente recebem para si mesmos a condenação, como diz S. Paulo (1 Co 11.29).

(17) Do batismo

O batismo não é somente um sinal de profissão de fé e marca de diferenciação que distingue os cristãos dos que não são batizados, mas é também um sinal de regeneração ou de novo nascimento. O batismo de crianças deve ser conservado na Igreja.

(18) Da ceia do Senhor

A ceia do Senhor não é somente um sinal do amor que os cristãos devem ter uns para com os outros, mas, antes, é um sacramento da nossa redenção pela morte de Cristo, de sorte que, para quem reta, dignamente e com fé o recebe, o pão que partimos é a participação do corpo de Cristo, como também o cálice de bênção é a participação do sangue de Cristo. A transubstanciação ou

a mudança de substância do pão e do vinho na ceia do Senhor não se pode provar pelas Santas Escrituras e é contrária às suas terminantes palavras; destrói a natureza de um sacramento e tem dado motivo a muitas superstições. O corpo de Cristo é dado, recebido e comido na ceia somente de modo espiritual. O meio pelo qual é recebido e comido o corpo de Cristo, na ceia, é a fé. O sacramento da ceia do Senhor não era, por ordenação de Cristo, custodiado, levado em procissão, elevado nem adorado.

(19) De ambas as espécies

O cálice do Senhor não se deve negar aos leigos, porque ambas as espécies da ceia do Senhor, por instituição e mandamento de Cristo, devem ser ministradas a todos os cristãos igualmente.

(20) Da oblação única de Cristo sobre a cruz

A oblação de Cristo, feita uma só vez, é a perfeita redenção, propiciação e satisfação por todos os pecados de todo o mundo, tanto o original como os atuais, e não há nenhuma outra satisfação pelo pecado senão essa. Portanto, o sacrifício da missa, no qual se diz geralmente que o sacerdote oferece a Cristo em expiação de pecados pelos vivos e defuntos, é fábula blasfema e engano perigoso.

(21) Do casamento dos ministros

Os ministros de Cristo não são obrigados, pela lei de Deus, quer a fazer voto de celibato, quer a abster-se do casamento; portanto, é tão lícito a eles como aos demais cristãos o casar-se à sua vontade, segundo julgarem melhor à prática da piedade.

(22) Dos ritos e cerimônias da Igreja

Não é necessário que os ritos e cerimônias das igrejas sejam em todos os lugares iguais e exatamente os mesmos, porque sempre têm sido diferentes e podem mudar-se conforme a diversidade dos países, tempos e costumes dos homens, contanto que nada seja estabelecido contra a Palavra de Deus. Entretanto, todo aquele que, voluntária, aberta e propositadamente quebrar os ritos e cerimônias da igreja a que pertença – os quais, não sendo repugnantes à Palavra de Deus, são ordenados e aprovados pela autoridade competente – deve abertamente ser repreendido como ofensor da ordem

comum da Igreja e da consciência dos irmãos fracos, para que os outros tenham fazer o mesmo. Toda e qualquer igreja pode estabelecer, mudar ou abolir ritos e cerimônias, contanto que isso se faça para edificação.

(23) Dos deveres civis dos cristãos

É dever dos cristãos, especialmente dos ministros de Cristo, sujeitarem-se à autoridade suprema do país onde residam e empregarem todos os meios louváveis para inculcar obediência aos poderes legitimamente constituídos. Espera-se, portanto, que os ministros e membros da igreja se portem como cidadãos moderados e pacíficos.

(24) Dos bens dos cristãos

As riquezas e os bens dos cristãos não são comuns quanto ao direito, título e posse deles, como falsamente apregoam alguns; não obstante, cada um deve dar liberalmente do que possui aos pobres.

(25) Do juramento do cristão

Assim como confessamos que é proibido aos cristãos, por nosso Senhor Jesus Cristo e por Tiago, Seu apóstolo, o jurar em vão e precipitadamente, assim também julgamos que a religião cristã não proíbe o juramento quando um magistrado o requer em causa da fé e caridade, contanto que se faça segundo o ensino do profeta, em justiça, juízo e verdade.

§ 4º - O Credo Apostólico, citado no 1º § deste artigo, é o seguinte:

Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, criador do céu e da terra, e em Jesus Cristo, Seu unigênito filho, nosso Senhor, o qual foi concebido por obra do Espírito Santo, nasceu da virgem Maria, padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; ao terceiro dia, ressurgiu dos mortos, subiu ao Céu e está à direita de Deus Pai, Todo-Poderoso, de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja de Cristo, na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição do corpo e na vida eterna. Amém.

